

EMPODERAR PELOS DADOS: UMA ABORDAGEM FEMINISTA INTERSECCIONAL PARA NAVEGAR NA ERA DA INFORMAÇÃO

D'IGNAZIO, Catherine; KLEIN, Lauren F. *Data Feminism*. Cambridge, MA: MIT Press, 2020.

Enzo Lenine¹

Quando o filme *Hidden Figures* (traduzido no Brasil como *Estrelas Além do Tempo*) estreou em 2016, conhecemos a história das mulheres negras que, nos Estados Unidos da América da segregação racial, realizavam os cálculos dos projetos espaciais. Seu trabalho como “computadoras” passava despercebido e desprezado pelos estamentos de engenheiros e cientistas espaciais da NASA. Entretanto, Chritsine Mann Darden, uma mulher negra que trabalhava na fila de computadoras, galgou espaços na agência espacial, desafiando as estruturas de opressão que entrelaçavam o gênero e a raça, e, com isso, abrindo espaço não só para si, mas também para outras mulheres. Nesse processo, Darden não só se apoiou em seu trabalho sério com cálculos e dados, como o utilizou para demonstrar os padrões de desigualdades laborais prevalentes entre homens e mulheres na NASA, especialmente as mulheres negras.

Catherine D'Ignazio e Lauren F. Klein abrem o capítulo introdutório do seu livro com detalhes da história de Darden, objetivando com isso lançar a motivação central de sua obra: discutir como os dados sobre vários fenômenos sociais devem ser pensados, construídos e visualizados de forma a promover os diversos projetos feministas, sobretudo o da coliberação. As autoras adotam uma perspectiva feminista interseccional como eixo central dos nove capítulos do livro, os quais, por sua vez, são estruturados de acordo com sete princípios essenciais para qualquer análise feminista de dados. Esses princípios são: (1) examinar e (2) desafiar o poder; (3) elevar a emoção e o corpo (embodiment); (4) repensar os binários e as hierarquias; (5) abraçar o pluralismo; (6) considerar o contexto; e (7) tornar o trabalho com dados visível.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

¹ Doutor em Ciência Política - Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Professor adjunto - Universidade Federal da Bahia. E-mail: lenine@ufba.br; ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-5280-4252>>.

Na Introdução, as autoras apresentam os feminismos interseccionais que norteiam sua obra, discutindo conceitos centrais como interseccionalidade, posicionalidade e opressão. Mais importante, porém, é a definição de feminismo de dados (*data feminism*): “um modo de pensar sobre os dados, seus usos e limites, que é informado pela experiência direta, por um compromisso com a ação, e pelo pensamento feminista interseccional” (Catherine D’IGNAZIO; Lauren KLEIN, 2020, p. 8). Essa conceituação parte da noção de que o poder é distribuído de maneiras desiguais no mundo, inclusive no campo de análise de dados, e, por isso, o feminismo de dados se compromete com a coliberação dos indivíduos dos sistemas de poder e suas opressões por meio da reflexão acerca da própria ciência de dados.

Ainda nesse capítulo introdutório, as autoras seguem as premissas dos feminismos interseccionais e refletem sobre suas diferentes posicionalidades, *id est*, suas identidades, experiências e habilidades que as situam em lugares particulares no mundo social e nas estruturas de poder. Catherine se identifica como uma mãe, mulher, branca, professora no *Massachusetts Institute of Technology* (prestigiosa instituição privada de ensino superior nos EUA), e seus objetivos com a escrita do livro são desafiar o caráter eminentemente branco e masculino do campo de análise de dados, e refletir sobre seus próprios privilégios como mulher branca de uma classe afluyente. Lauren também se identifica como uma mãe, mulher, branca, professora na *Emory University* (instituição privada de ensino superior nos EUA), e sua motivação para escrever o livro consiste em apontar como o campo de ciência de dados é sexista e racista.

O capítulo 1 trata do primeiro princípio, examinar o poder, recorrendo ao conceito de matriz de dominação de Patricia Hill Collins. Segundo esse conceito (Patricia Hill Collins, 2019), quatro dimensões analíticas (re) produzem os sistemas de opressão: domínio estrutural (organiza a opressão por meio de leis e políticas), domínio disciplinar (administra a opressão), domínio hegemônico (circula as ideias de opressão através da cultura e da mídia) e domínio interpessoal (experiências individuais de opressão). O capítulo se desenvolve a partir desse marco, articulando outros conceitos (como, por exemplo, o perigo do privilégio, que faz com que as pessoas em posições sociais privilegiadas não reconheçam instâncias de opressão que operam sobre as pessoas em posições desprivilegiadas) com exemplos práticos da ciência de dados.

O capítulo 2 continua a discussão sobre o poder exemplificando como, em diferentes momentos, mulheres (sobretudo, de cor), denunciam e desafiam as estruturas de opressão. Central para o capítulo é a preocupação com a

justiça de dados, que se diferencia da ética do dados por focar no aspecto comunitário do desmonte dos diferenciais das estruturas de poder (a ética se foca sobremaneira no indivíduo). O caráter verdadeiramente emancipatório dos dados, segundo o argumento das autoras, revela-se quando eles são usados para coliberar a comunidade e não só um indivíduo.

O capítulo 3 discute a questão das emoções e do corpo no feminismo de dados. Partindo da concepção de Donna Haraway, Sandra Harding e Linda Alcoff de que todo conhecimento é situado e, portanto, informado por pontos de vista construídos com base nos contextos em que vivem os indivíduos e suas múltiplas posicionalidades, as autoras postulam o desiderato de recuperar o lugar das emoções e das experiências vividas na construção do conhecimento. Isso implica inquirir-se sobre a natureza dos dados, sua visualização e como eles evocam emoções e afeto ao mesmo tempo que refletem (ou deveriam refletir) esses sentimentos.

No capítulo 4, as autoras discutem o princípio sobre repensar binários e hierarquias. Seu argumento é de que a ciência de dados, ao impor os binários associados a homem e mulher, reproduz relações de opressão ao passo que invisibilizam a complexidade do sexo e do gênero. O capítulo procede com um amplo questionamento dos sistemas de classificação que impactam diretamente indivíduos LGBTQIAPN+ e racializados, sejam eles em plataformas como Facebook, sejam em bases de dados segregadas por gênero e raça.

O capítulo 5 advoga o princípio do pluralismo, que busca incluir múltiplas perspectivas oriundas dos conhecimentos locais, indígenas e experienciados. Discute-se, especificamente, como a indústria de dados desvaloriza esses conhecimentos, ao passo que torna cientistas de dados (majoritariamente homens brancos) em heróis solitários, magos, ninjas entre outras metáforas centradas em um único indivíduo. As autoras argumentam que uma verdadeira transformação dos dados presume reconhecer o quão o esforço de construí-los é coletivo. Esse passo é fundamental para realizar o objetivo da coliberação, ou seja, da liberação do indivíduo e de sua comunidade.

O capítulo 6 reflete sobre o princípio de se considerar o contexto dos dados, uma vez que estes nunca são neutros ou objetivos: todo dado é construído em um ambiente de relações sociais desiguais. A grande questão para as autoras é que a sede pelo uso de dados acaba por desvincular o usuário da fonte dos mesmos e dos seus contextos específicos. Isso não só dificulta a análise dos dados em si, como também pode levar a conclusões equivocadas, ou que reforçam as estruturas de opressão. Para elas, não existem “dados

crus”: todos os dados são “cozidos” e nosso papel deve ser o de interpelar como esse cozimento se dá.

○ capítulo 7 trata do princípio de tornar visível o trabalho de quem produz dados. Como as autoras enfatizam ao longo do texto, os dados sempre são produzidos por coletividades. Porém, as informações sobre quem e como os dados são construídos é frequentemente perdida – trata-se, portanto, de um trabalho invisível (ou invisibilizado), frequentemente realizado por pessoas situadas em posições de subordinação na ciência de dados (especificamente, mulheres de cor, no Norte e no Sul Global). Tornar esse trabalho visível é um desiderato científico e político de empoderamento de pessoas e comunidades que são relegadas ao obívio e a papéis de subalternidade.

Finalmente, na conclusão, as autoras recuperam discussões dos capítulos e evocam a interseccionalidade como princípio máximo do feminismo de dados. Esse capítulo é ainda seguido por um apêndice sobre os valores das autoras e as métricas para avaliar o seu trabalho vis-à-vis os objetivos feministas. No quadro que fecha esse apêndice, as autoras discutem os objetivos que se colocaram no começo do projeto do livro e o quanto foram atingidos no processo de publicação. Esses objetivos estão organizados em torno de oito problemas estruturais: racismo, patriarcado, cissexismo, heteronormatividade, capacitismo, colonialismo, classismo e proximidade. Desses, racismo e colonialismo estiveram significativamente aquém das aspirações iniciais das autoras.

○ esforço de desmistificar dados como somente números é um dos pontos altos e mais centrais da obra. Ao longo de todo o texto, as autoras enfatizam a dimensão de visualização dos dados e como refletir sobre os princípios da análise feminista interseccional é fundamental. ○ foco nos aspectos visuais dos dados e isento de formalismos matemáticos, estatísticos e computacionais torna a leitura leve e agradável para um amplo público de leitoras, além de promover a ideia de que dados devem ser vistos e utilizados de forma plural, sobretudo para empoderar os indivíduos e as suas comunidades. Leitoras mais preocupadas com as dimensões computacionais do debate podem recorrer às notas de fim, mas certamente sentirão falta de comentários mais específicos sobre os debates técnicos – algo que as autoras evitam aprofundar. Ademais, os exemplos não são suficientemente claros acerca de como dados quantitativos devem ser produzidos de modo a fazer jus aos sete princípios da análise feminista de dados: embora eles sejam importantes para compreender processos, a questão dos fundamentos ontológicos do dado que está sendo coletado limita-se tão somente ao reforço das premissas gerais da interseccionalidade.

O texto padece, outrossim, de uma fragilidade maior, reconhecida pelas próprias pesquisadoras na auditoria do livro discutida na conclusão, qual seja: a baixíssima presença de referências teóricas, empíricas e, sobretudo, de ativismos do Sul Global e de povos originários para refletir acerca do colonialismo. A expectativa inicial das autoras, como aponta a auditoria, já indicava uma baixa representação do Sul Global e dos povos originários, sinalizando a persistência da ideia de que o Sul apenas fornece material empírico para o teste e a interpretação das teorias do Norte Global (Arlene Tickner, 2013); Na versão final, o abismo se aprofundou, ainda que, como mea culpa, as autoras apontem que “sete dos nove capítulos apresentam exemplos e/ou teóricas indígenas” (D’Ignazio; Klein, 2020, p. 219). Evidentemente, uma leitura alternativa reconheceria a baixa presença do pensamento de povos originários e do Sul Global na literatura acadêmica de língua inglesa e veria nesse esforço uma tentativa louvável de inclusão; porém, o discurso reafirmado em inúmeros momentos ao longo do livro demandaria que uma maior representação desse pensamento ocupasse as reflexões e discussões das autoras.

A despeito das limitações, a obra cumpre o objetivo de ressignificar o uso de dados nos estudos feministas, fornecendo uma série de estratégias de questionamento, reflexão e co-liberação a partir de uma ciência de dados feministas. Os diversos exemplos e as discussões sobre formas de visualização de dados contribuem para que repensemos as formas como apresentamos e debatemos os resultados de nossas pesquisas, sejam elas quantitativas ou qualitativas, superando os persistentes cismas entre dados quantitativos e qualitativos. O livro serve, nesse sentido, como um grande argumento contra o antagonismo metodológico, demonstrando o valor de abordagens mistas e fornecendo princípios para a condução de pesquisas feministas dentro de uma lógica de justiça de dados. Finalmente, ao fundamentarem a obra nos feminismos interseccionais, as autoras promovem uma abordagem inovadora de uso de dados para avançar essas perspectivas, demonstrando seu apelo social e emancipatório nos diversos projetos teóricos e práticos dos feminismos. *Data Feminism* é, portanto, uma obra de fôlego que abre um importante – porém, ainda negligenciado – debate nos feminismos no Brasil, qual seja, o lugar dos dados nos diversos fazeres feministas. Lê-la é um caminho para aprofundarmos reflexões teóricas e, sobretudo, nossas articulações práticas com os ativismos feministas.

Referências

D'IGNAZIO, Catherine; KLEIN, Lauren F. **Data Feminism**. Cambridge, MA: MIT Press, 2020.

HILL COLLINS, Patricia. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

TICKNER, Arlene B. Core, periphery and (neo)imperialist International Relations. In: **European Journal of International Relations**, v. 19, n. 3, pp. 627 - 646. 2013.

Recebido em janeiro de 2024.

Aprovado em junho de 2024.